

# Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis

*Fátima Barros*

Arquivo Regional da Madeira  
Caminho dos Álamos, n.º 35, Santo António  
9020-064 Funchal  
Tel.: 291708400  
[E-mail: arm@arquivo-madeira.org](mailto:arm@arquivo-madeira.org)

## RESUMO

Partindo de questões como Que pretendemos nós que seja um arquivo histórico? Que espera a sociedade de um arquivo histórico? ou Que espera a sociedade actual de um arquivista? e tomando como apoio uma recente experiência de gestão de um arquivo histórico – o Arquivo Regional da Madeira – apresentamos uma reflexão em torno dos múltiplos desafios e novos papéis que confrontam os arquivos históricos da actualidade.

Uma perspectiva social e cultural dos arquivos traz-nos à colação várias dimensões para os arquivos da modernidade: identidade e salvaguarda de memórias sociais, visão integrada dos arquivos, cidadania, qualidade, imagem e marketing, novas tecnologias de informação e comunicação, formação e investigação científica. Sobre tudo isto versa a presente comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos Históricos, Sociedade, Cultura, Memória, Comunicação, Cidadania, Administração

## ARQUIVOS HISTÓRICOS NOS DIAS DE HOJE: ALICIANTES DESAFIOS, MÚLTIPLOS PAPEIS

É simultaneamente na qualidade de arquivista e de responsável de um serviço que inicio esta reflexão em torno de um arquivo histórico nos dias de hoje. Condição privilegiada esta de ser de ser gestora mas com conhecimentos específicos da área. E duplamente responsável, também.

E começo por dizer que esta reflexão, fruto de uma experiência de trabalho de quase dez anos à frente dos destinos do Arquivo Regional da Madeira (ARM), traduz um exercício de profunda humildade. Porque feito de interrogações, de hesitações, de dúvidas. De tomadas de decisões, de recuos.

Um conjunto de perguntas já recorrentes. Que pretendemos nós que seja um arquivo histórico? Que espera a sociedade de um arquivo histórico? Dúvidas que me remeteram a novas questões: que papéis estão reservados aos arquivistas de hoje? Que espera a sociedade actual de um arquivista?

Uma resposta pronta ocorre-me de imediato: gostaria que os arquivos, históricos ou não, fossem instituições reconhecidas, respeitadas, valorizadas. Sobre tudo um arquivo histórico deveria ser uma instituição de referência, profundamente envolvida no tecido administrativo, social e cultural da sociedade em que

está inserido. Porque nós arquivistas temos consciência da importância da nossa profissão: enquanto custodiantes de uma valiosa parcela da nossa memória colectiva, assiste-nos o poder de conservar esse bem precioso que são as memórias individuais, corporativas e colectivas, mas, e paradoxo, nós arquivistas participamos activamente no processo de construção e definição dessa mesma memória, de uma identidade histórica. E, regra geral, gostamos do que fazemos. Só esta paixão e gosto pelo que fazemos nos permite ultrapassar dificuldades de vária ordem com que nos deparamos no “terreno”.

Felizmente que, nesta reflexão, não estamos sós. No diálogo com colegas arquivistas e nas leituras de textos, alguns de autores fisicamente tão distantes como Eric Ketelaar e Adrian Cunningham, encontramos opiniões, experiências que nos confrontam e auxiliam, o que é enriquecedor e, de certo modo, consolador.

Um arquivo histórico não é mais somente um repositório de documentação que interessa à investigação histórica. E um arquivista não é mais e apenas um custodiante da documentação à sua guarda. Este simplicismo não é compatível com os desafios e exigências que diariamente confrontam e interpelam os arquivos. Ketelaar chama-nos a atenção para uma perspectiva social e cultural dos arquivos. Diz-nos “que os arquivistas têm de entender os factores sociais e culturais, é necessário entender a forma como as pessoas criam, gerem e utilizam os arquivos”, ou seja, defende que o arquivista de hoje tem de ir mais longe pois a criação dos arquivos é consciente ou inconscientemente influenciada pelos factos sociais e culturais [1]. Por seu lado, Adrian Cunningham entende que um documento não fala por si próprio, “o documento pode apenas falar enquanto parte de um diálogo contextualizado”. E afirma que “os melhores arquivos são os que servem os amplos objectivos sociais, culturais, de responsabilidade democrática” [2]. Estas novas posições da Arquivística e a certeza de estarmos a viver num outro tempo só nos podem colocar numa única posição: a de abertura de horizontes, de abraçar novos papéis e novas responsabilidades.

E agora permitam-me os colegas que exemplifique a minha interpretação do que se espera de um arquivo histórico a partir da minha experiência enquanto Directora do Arquivo Regional da Madeira.

## **ARQUIVO HISTÓRICO ENQUANTO FACTOR DE COESÃO E IDENTIDADE**

Começo por repetir uma frase anterior: penso que um arquivo histórico deverá ser um lugar de referência, de respeito, diria mesmo quase de culto da nossa Memória. A missão de preservação e transmissão de memórias individuais e sociais confere ao arquivo histórico um simbolismo e um papel estratégico na edificação da entidade de uma nação, de uma região. No caso da Região Autónoma da Madeira, o Arquivo Regional já existente desde 1931, possui um valioso espólio documental que testemunha a memória da administração das Ilhas da Madeira e Porto Santo e das suas gentes ao longo de mais de cinco séculos. Deste modo, sempre me pareceu pertinente cativar a atenção de uma elite governativa da nossa Região para a necessidade de criar uma estrutura para o Arquivo Regional que lhe permitisse guardar em segurança esses preciosos registos fundadores do seu passado e que serviriam para fundamentar, fortalecer e, quiçá, alicerçar o recente regime autonómico da Região Autónoma da Madeira. Porque presumo que os símbolos de uma nação ou uma região não devem ser apenas a bandeira, o brasão de armas, o selo e o hino próprios. A identidade de uma nação, de uma região está embebida nas memórias entesouradas e em partilha por instituições de cultura, como arquivos, museus e bibliotecas, ou visível nos seus monumentos e tradições. Este estar atento a estas sensibilidades políticas permitiu-nos obter ao longo destes anos dividendos em termos de gestão financeira e patrimonial. Mas não só. Enquanto região autónoma, coube-nos também a responsabilidade de definir os caminhos a trilhar por um arquivo regional. A autonomia dá-nos espaço, mas também acarreta responsabilidades. E coube-nos definir uma política arquivística para a Região.

## **ARQUIVO HISTÓRICO ENQUANTO FACTOR DE SALVAGUARDA E ENRIQUECIMENTO DE MEMÓRIAS COLECTIVAS ABRANGENTES**

Considerámos já que um arquivo histórico se move no espaço social e cultural envolvente.

Assumimos já que um arquivo histórico é um espaço de poder. Funciona como espaço de consignação de memórias, individuais e colectivas, entendendo-se por memórias colectivas o conjunto de representações partilhadas por determinados grupos. Mesmo os sentimentos individuais têm marcas profundamente sociais. Mas sendo um local de consignação, também poderá ser um local de esquecimento. “Os arquivistas tornam-se construtores activos das suas “casas de memória” (Ketelaar, 2000) [3]. Neste sentido, um arquivo histórico regional deverá, em meu entender, representar a maior diversidade possível de memórias colectivas que enriqueçam e incorporem a identidade da sua região. Um arquivo histórico deverá investir numa política de salvaguarda e enriquecimento do espólio arquivístico colocado à disposição da comunidade. Deverá ter a preocupação de salvaguardar e garantir a integridade de fontes para a história. Isto passa por recolher não só os arquivos oriundos da Administração, mas também por um esforço por integrar arquivos privados, dos mais variantes quadrantes: associações, empresas, personalidades com actuação em diversas áreas do conhecimento, famílias, as representações

sociais dos arquivos deverão ser as mais diversificadas possíveis. Se possível, mesmo, recolher testemunhos orais e memórias de pessoas, famílias, factos com interesse para a história local. São perspectivas que só enriquecem a investigação histórica. Repararam já na tendência actual para coleccionar papéis, antigas fotografias, em suma, guardar memórias? É o que Ketelaar designa de “memorialização”, enquanto aspecto significativo da contemporaneidade [4]. Com isto não quero dizer que tenhamos que ser megalómanos, mas com certeza um arquivo histórico só se valoriza se engrandecer o seu espólio. E pergunto, a tendência em dispersar, descentralizar arquivos favorecerá mesmo um arquivo histórico? Favorecerá o investigador? Favorecerá a Administração? Naturalmente que inúmeras considerações, de gestão, de espaço, de meios têm de entrar em colação. O que quero dizer é que os responsáveis pelos arquivos históricos têm de ponderar muito bem todos estes factores. De qualquer modo, um arquivo histórico não pode nem deve desresponsabilizar-se perante a existência de arquivos em situação de risco na sua área de acção. Não tendo condições, tem a obrigação de alertar, de apresentar alternativas, soluções. E ter a humildade de assumir que não podem chegar a tudo. No caso do Arquivo Regional da Madeira, e a partir de um diagnóstico aos arquivos públicos da Região, concluímos que era urgente salvaguardar arquivos que se encontravam em risco nos serviços da Administração Regional. Não tendo condições para incorporá-los, a solução foi organizá-los, inventariá-los, acondicioná-los, se necessário. Tendo parte dos arquivistas destacados em trabalhos no exterior, o resultado é que ainda não conseguimos adaptar as nossas descrições à norma ISAD(G). Foi uma opção de gestão: salvar arquivos e preparar as futuras incorporações, assumindo que o que se encontra dentro das nossas portas já está acautelado. Nesta linha de acção de salvaguarda e enriquecimento de fundos do ARM, estamos já a preparar uma intervenção junto dos titulares e proprietários de arquivos privados.

## **UMA VISÃO INTEGRADA DOS ARQUIVOS**

Por outro lado, esta perspectiva social dos arquivos obriga-nos a assumir uma visão integrada dos arquivos. Um arquivo histórico não pode mais apenas preocupar-se com a preservação do património documental. Tem de interiorizar uma nova dimensão: a gestão de documentos. Isto significa que tem de envolver-se nos processos de produção e gestão de documentos junto das administrações produtoras, tem de encetar um diálogo permanente com a Administração. Esta intervenção permitirá garantir a criação de arquivos qualificados, na medida em que possibilita à Administração meios (normativos, técnicos e materiais) para gerir de forma controlada e planificada os seus arquivos, aplicando procedimentos técnicos com vista à racionalização da sua produção documental. Acredito firmemente que um arquivo histórico que se envolva no processo de gestão de documentos da sua área de acção passa a ser um parceiro privilegiado e imprescindível, com poder de intervenção que antes de modo algum teria. E sermos úteis, não será isso que a sociedade espera dos arquivistas e dos arquivos de hoje?

Os arquivos nascem, são geridos e usados num

determinado contexto, então que melhor maneira de o interpretar, de o conhecer do que intervindo directamente em todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo?

Esta é a perspectiva actual do Arquivo Regional da Madeira, enquanto órgão de gestão dos arquivos da RAM, que neste momento intervém em variados serviços da Administração Regional, em diversas vertentes: inventariação e elaboração de relatórios de avaliação de massas documentais acumuladas, elaboração e implementação de portarias de gestão de documentos, concepção e implementação de planos de classificação e regulamentos de gestão documental.

### **ARQUIVO HISTÓRICO E CIDADANIA: ACESSO À INFORMAÇÃO, PAPEL EDUCATIVO E FORMATIVO**

Os arquivos históricos têm um papel determinante na formação de uma cidadania activa e sólida e enquanto sustentáculo de uma sociedade democrática e igualitária. E porquê? Porque conservam documentos que corporizam direitos e títulos dos cidadãos e outras informações que devem ser facultados à sua consulta. Acesso livre à informação. O cidadão tem o direito de saber. Por seu lado, o arquivista tem o dever de proteger esses documentos e a autenticidade neles contida. E ainda o dever de disponibilizar essa informação.

Os arquivos históricos prestam serviços públicos. Estamos ao serviço do cidadão. Cidadão esse que se dirige ao arquivo para consultar e recolher informação da mais variada natureza. Então o arquivo histórico não tem outra alternativa que não a de fomentar uma relação comunicacional o mais profícua possível com os seus utilizadores. E pode fazê-lo de diversas formas:

i) interrogando-se sobre o que quer o utilizador do serviço? Que informação solicita com maior frequência? E aí, tratar com prioridade desses fundos mais solicitados. Parece simples, mas não o é. Porque vai exigir muito de nós arquivistas. Sobretudo os responsáveis de um arquivo histórico têm o dever de colocar esta questão logo à cabeça e tentar encontrar soluções para a sua resolução. A título de exemplo, no Arquivo Regional da Madeira, foi relativamente fácil verificar que a maior parte das solicitações enquadravam-se na área da genealogia e história da família. A decisão de elaborar sumários dos registos paroquiais em bases de dados foi, de longe, uma das melhores apostas da actual direcção, o que se comprova com os relatórios de acesso ao nosso site.

ii) utilizando frequentemente as novas tecnologias de informação ao seu dispor a par dos tradicionais meios de comunicação: intranet, Internet, correio electrónico. Em suma, informar mais e melhor o utilizador.

iii) diversificando e qualificando a sua oferta de serviços e produtos.

iv) apostando na edição de fontes e instrumentos descritivos.

v) investindo numa relação formativa e pedagógica com a comunidade envolvente.

Vou desenvolver melhor esta última faceta. Educar e formar é um recente papel assumido pelos arquivos. Bibliotecas e museus entenderam mais cedo o enorme potencial advindo do diálogo e trabalho com as escolas. Até há pouco tempo o nosso interlocutor era o investigador. Ora, é precisamente pelas camadas mais jovens que devemos começar se quisermos contribuir

para uma formação mais sólida dos cidadãos. Vamos mostrar-lhes o que é um arquivo, o que fazemos, o que conservamos. Vamos transmitir-lhes conceitos como Memória, identidade, documento de arquivo. Pô-los em contacto com materiais que constituem a nossa memória. Um arquivo histórico tem o privilégio de possuir um vasto espólio documental que abrange variadíssimas facetas da actividade humana. Portanto, temas de trabalho não faltam. É imperioso que os arquivistas contribuam para o crescimento do conhecimento da história local, regional ou nacional. A promoção de actividades educativas e pedagógicas por um arquivo deve, porém, proporcionar uma mais valia à comunidade. Acho que não deve ser mais um serviço educativo. Convém proporcionar actividades próprias, desenvolvidas com pertinência e inteligência, produzindo instrumentos de trabalho válidos e pedagógicos, se possível com ligação aos currículos escolares. E, porventura, dever-se-á fugir à tendência de dirigir-se ao ensino básico. Acaso já repararam que os museus e bibliotecas raramente trabalham com o ensino secundário e universitário?

Permitam-me novamente que dê alguns indicadores da actividade do SE do ARM: com início no 1.º trimestre de 2005, recebemos até agora 1426 alunos e 95 professores de 22 escolas pertencentes a diferentes concelhos, e ainda 720 cidadãos em geral. Para apoiar o desenvolvimento destas actividades, foram concebidos 10 desdobráveis, 2 marcadores, 4 cadernos pedagógicos, 7 dossiers técnicos, 1 maleta pedagógica e editámos já 2 exemplares do Jornal do Serviço Educativo.

Com quase dois anos de experiência, posso afirmar que um Serviço Educativo é, indubitavelmente, um excelente meio de comunicação e divulgação de um arquivo histórico a públicos diferenciados.

### **ARQUIVO HISTÓRICO E QUALIDADE: UMA OPORTUNIDADE**

Sobre qualidade muito se fala nos dias de hoje. Indubitavelmente que as múltiplas intervenções de um arquivo devem pautar-se pelo critério da qualidade: qualidade técnica dos serviços, qualidade dos produtos, qualidade funcional. Importa criar uma política da qualidade com o objectivo de promover uma constante melhoria dos serviços prestados, por um lado, e de valorizar o nosso património arquivístico, por outro.

A dimensão da qualidade altera profundamente uma forma de actuação de uma instituição pois trata-se de envolver toda uma equipa num objectivo comum. E aqui reside um grande desafio e simultaneamente dificuldades.

Ninguém hoje nega que é necessário investir na implementação de uma política da qualidade. Parece-me que esta é uma oportunidade que os arquivos, históricos ou não, têm de impor-se no seio da Administração e das respectivas tutelas. Antecipando-se aos outros serviços da tutela, poderão futuramente colaborar com esses serviços na instauração de procedimentos da qualidade, nomeadamente na área da gestão dos arquivos. Esta é uma janela que importa abrir. Uma oportunidade de intervir na modernização da Administração Pública. E uma vez mais, pergunto: não se trata sempre de provarmos que somos úteis à sociedade?

Queria apenas referir que nos dois últimos anos o

Arquivo Regional da Madeira aproveitou a oportunidade da mudança para o novo edifício para paulatinamente introduzir estratégias de qualidade na sua actuação. Lançámos em finais de 2005 um procedimento para consultoria e formação para implantação de um sistema de gestão de qualidade do Arquivo Regional, tendo em vista uma próxima certificação nos termos da norma ISO 9001-2000.

### **ARQUIVO HISTÓRICO E A RESPONSABILIDADE DE PRESERVAR O PATRIMÓNIO DOCUMENTAL**

Um arquivo histórico tem, mais que nunca, a obrigatoriedade e responsabilidade de preservar o património arquivístico para as gerações futuras. Implementar medidas de preservação preventiva, desde uma limpeza sistemática ao controlo das condições ambientais e ao expurgo da documentação, exigir condições de conservação e segurança para os espólios, promover a formação dos funcionários e utilizadores quanto aos cuidados no manuseamento e utilização dos documentos, promover também a substituição de suportes. Proceder à conservação e restauro das peças irremediavelmente danificadas. E acrescento ainda uma outra preocupação recente por parte dos arquivos históricos: proporcionar aconselhamento e formação junto das entidades produtoras de documentos quanto aos cuidados de preservação dos seus arquivos.

Finalmente, e é com certeza um cenário ilusório para muitos arquivos que se debatem com falta de condições, seria interessante que os arquivos históricos disponibilizassem serviços de conservação e restauro a privados. Uma vez mais, a ideia de partilha, de comunicação, de valorização da presença do arquivo na sociedade.

### **ARQUIVO HISTÓRICO E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO**

É inútil negar: a sobrevivência dos arquivos históricos passa pelo recurso à moderna informação e às novas tecnologias de informação. A Internet, a digitalização esbatem barreiras físicas e distâncias e potenciam uma relação mais próxima com os nossos utilizadores. Estimulam a captação de novos públicos. Mas a questão é muito mais complexa. O grande desafio é que muitos documentos já nascem em suporte digital. Guardar e transmitir para o futuro documentos digitais não é o mesmo que conservar e transmitir documentos em papel. São conceitos, métodos e experiências novas. Então temos mesmo que aprender a lidar com este novo mundo digital. E felizmente que no nosso país há um segmento da comunidade arquivística que se preocupa e estuda estas questões, é de referir, como exemplo, a produção de instrumentos na área da gestão de documentos de arquivo electrónicos pelo IAN/TT.

### **ARQUIVO HISTÓRICO, IMAGEM E MARKETING**

Se importante é fazer bem, não menos importante é mostrar que sabemos fazê-lo bem. Todos nós, profissionais da informação, penso que já entendemos a pertinência de utilizar técnicas de comunicação e marketing para “vender” a imagem de uma instituição. Nesta relação de troca com os nossos públicos interessa adoptar técnicas que nos auxiliem nessa relação, começando por melhor conhecer as necessidades informativas dos nossos utilizadores e procurar

conquistar novos segmentos da comunidade. Quem já não reconhece a importância de estudar os utilizadores, de figurar na imprensa, de utilizar news letters, de elaborar press releases, de possuir produtos informativos ou outros graficamente apelativos?

A verdade é que nós arquivistas não estamos habituados à exposição pública, à crítica. Porque abrir uma instituição também tem o reverso da medalha: mostra as nossas fragilidades. O certo é que cada caso é um caso, e cada actividade tem públicos e estratégias diferentes, o que interessa, em última análise, é potenciar laços de pertença entre a instituição e os seus públicos.

### **ARQUIVO HISTÓRICO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

Um arquivo histórico, nomeadamente um arquivo regional, tem um papel determinante na promoção da formação específica na sua área de actuação. Se queremos recursos humanos qualificados, naturalmente que é necessário investir na sua formação. A Administração é um campo de acção que importa alcançar: sem arquivistas nos serviços da Administração não há sistema de arquivo que seja sustentável. Formação de base mas também formação contínua. O tipo de formação, o que se deve ensinar será certamente tema de algum painel.

Paralelamente, valerá a pena promover a investigação científica. Senão, vejamos: as nossas organizações vivem num contexto de mudança. Precisamos de reflectir, questionar, investigar e mudar. E essa atitude também se cultiva. Sobretudo instituições com responsabilidades de gestão de sistemas de arquivos deveriam apostar na investigação científica, como o tem feito o IAN/TT. Naturalmente que cada instituição terá que perceber qual o timing certo para proporcionar essa valência...

### **ARQUIVO HISTÓRICO E A FUNÇÃO BÁSICA DA ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO**

Propositadamente, deixei para o final esta dimensão. A organização e descrição de arquivos é e continua a ser uma função básica e essencial dos arquivos. A diferença residirá porventura nos métodos utilizados. É importante respeitar o esforço de normalização preconizado pelas normas ISAD(G) e ISAAR(CPF). Adaptar as descrições existentes às novas normas é uma tarefa hercúlea, por isso valerá a pena pensar com muita ponderação e fazer opções. É humanamente impossível fazer tudo. Outra opção é acordar com as entidades produtoras para colaborarem nesta tarefa, o que é complicadíssimo. A título de exemplo, refiro que o Arquivo Regional da Madeira estabeleceu um protocolo com os tribunais onde se define que nós disponibilizamos material de acondicionamento e uma cópia da nossa base de dados de descrição dos processos judiciais, em contrapartida os processos são-nos remetidos já higienizados, acondicionados e descritos a nível de documento composto, tudo isto com o nosso apoio técnico. Posteriormente, os registos são por nós conferidos e só então incorporados na nossa base de dados.

Resta dizer que a codificação e normalização da descrição obriga a um “acertar” de agulhas dentro da instituição. É uma oportunidade para reunir os arquivistas, dar formação, definir procedimentos

internos da descrição e da inserção de dados no programa informático vigente. Uma descrição qualificada possibilita ainda um acesso eficaz à informação e facilita a concepção e realização de actividades educativas e de divulgação.

Em conclusão, diria que é necessário admitirmos e tomarmos consciência que os cenários em que se movem os arquivos mudaram. Enfrentamos situações de constrangimentos financeiros. Mudanças sociais. Mudanças informacionais e tecnológicas. É preciso encontrarmos o nosso lugar. Mudar estratégias. Afirmarmo-nos. Isso só se consegue se nos envolvermos de forma directa com a comunidade em que nos projectamos. Abrindo as nossas portas e abrindo-nos a públicos diversificados. Ensaando, experimentando.

Neste percurso útil será utilizarmos as modernas ferramentas da gestão: diagnosticar, planear de forma estratégica, definir depois objectivos tácitos e controlar e avaliar o desempenho. Implementar um programa da qualidade é, parece-me, uma das grandes mais valias do momento actual para os arquivos, históricos ou não.

A montante envolver a organização, criar colaboradores satisfeitos e motivados e a jusante encontrar uma sociedade que nos valoriza e respeita, pelo que somos e pelo que fazemos ... uma utopia?

#### **NOTAS**

1. KETELAAR, Eric - Archivistics Research Saving the Profession, The American Archivist [Em linha]. 63:322 (2000), 328. [Consult. 5 Out. 2006]. Disponível em <http://www.archivists.org/conference/neworleans2005/readings/609-ketelaar.pdf>.
2. CUNNINGHAM, Adrian - A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. Cadernos BAD, 2 (2003), 63, 65.
3. KETELAAR, Eric, op. cit. [cit. de Terry Cook], 331.
4. KETELAAR, Eric - Time Future Container in Time Past. Archival Science in the 21<sup>st</sup> Century. [Em linha], 9. [Consult. 5 Out. 2006]. Disponível em <http://cf.hum.uva.nl/bai/home/eketelaar/timefuture.doc>.